



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680283 - MA (2021/0219502-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : WELINGTON DO NASCIMENTO SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELINGTON DO NASCIMENTO SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (0003642-37.2015.8.10.0022)

O paciente foi condenado pelo crime previsto no art. 155, § 4º, I, IV, c/c 70, ambos do Código Penal e 144-B do ECA à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão e ao pagamento de 200 dias-multa, em regime inicial semiaberto.

A impetrante sustenta que "(...) a manutenção da dosimetria da pena fixada pelo juízo de base, e, posteriormente ratificada pelo Tribunal de Justiça Maranhense não merece prosperar, tendo em vista que, embora haja certa discricionariedade do magistrado para fixar o quantum para exasperação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, isso não o isenta de observar o princípio proporcionalidade." (fls. 7)

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para que, reconhecida as ilegalidades na fixação da dosimetria da pena na origem, haja retificação da pena definitiva do paciente, inclusive com substituição por restritiva de direitos e a readequação do regime inicial de cumprimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente